

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1316545 - SP
(2018/0156082-6)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : GUTEMBERG ADRIAN DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : THÚLIO CAMINHOTO NASSA E OUTRO(S) -
SP173260
ANDRE SAITO CASAGRANDE - SP345212
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO
PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONDUTA ÍMPROBA E DANO AO ERÁRIO. JUÍZO FIRMADO NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REVISÃO IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. A alteração da conclusão do Tribunal de origem de que os elementos de prova constantes nos autos são suficientes para demonstrar a configuração do ato ímprobo em apreço, em razão do desvio de finalidade por parte do agente público, ao afastar as servidoras com base em processo administrativo irregular, sem comprovação da infração a elas imputadas, além da demonstração do dano ao erário, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Não se conhece do recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional quando a divergência não é demonstrada nos termos em que exigido pela legislação processual de regência (1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ). No caso, o dissídio não foi comprovado, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator